

EM TEMPOS DE UNIFICAÇÃO, ONDE FICA A DIFERENÇA?

Rita de Cássia Prazeres Frangella

Ao longo dos últimos anos, no contexto das pesquisas que tenho desenvolvido, venho me dedicando ao estudo de políticas curriculares, em especial a trajetória dessas na rede municipal do Rio de Janeiro, observando como, em processo de fazer-se, vai sendo apropriada, reconfigurada, criada no contexto específico das escolas, dando ênfase ao trabalho realizado por professores-professoras como curriculistas, na produção que fazem do currículo. Assim, tenho destacado o entendimento do currículo com campo de produção cultural, espaço-tempo de negociações que hibridizam discursos, concepções e práticas produzidas nos diferentes contextos que concorrem para sua produção. Argumento que as políticas curriculares não podem tomar a escola como ponto de referência ou ancoragem apenas, pelo fato de ser também na escola que as políticas de currículo se constituem, via disputas e negociações de saberes e poderes que legitimam e hegemonizam provisoriamente sentidos.

Para tanto, tenho assumido como balizador o entendimento do currículo como prática discursiva, assentado na perspectiva de Ernesto Laclau (1998) que defende que as políticas são produções político-discursivas, cuja matriz é a contingência. Em outras palavras, implica pensar que o currículo, em seus movimentos instituintes, não se dá com base em sentidos apriorísticos, mas toma forma no campo da indecibilidade, nas articulações entre diferentes contextos. É no ato de negociar que significados são construídos dialogicamente, muitas vezes construindo com base em consensos conflituosos, uma vez que os sentidos são instáveis, fluidos e permeados por demandas e interesses distintos.

Assim, em diálogo com as escolas, observamos tensões, negociações, os movimentos de transformação/reapropriação/invenção do currículo numa tensão: universal/particular, ou seja, da totalização proposta de uma proposta una e o localismo do cotidiano das *diferentes* escolas. Enfatizo aqui o uno, no sentido de centralização que tem pautado as discussões em torno das políticas de currículo contemporaneamente, em contextos de diretrizes comuns. Comuns que se trasmutam em uno/homogeinizado e que colide com a ideia de único, da singular produção de cada escola. Essa tensão reencenada sob vários nomes, mais uma vez se coloca no horizonte de discussões com discussão em torno das Bases Curriculares Comuns Nacionais. Penso ser importante colocar como questão que significado preenche o “comum” que qualifica a base: o uno/homogeinizado?

Ressaltar a singularidade não implica em um individualismo ou isolamento, tendo em vista que essa singularidade precisa ser pensada de forma dialogizada, preenchida pelas resposta que a escola constrói para as políticas que a interpelam, pela possibilidade de negociação. A escola é um contexto local, espaço de negociação, de elaboração de políticas de currículo que ao contrário de ver essa relação como de implantação, impacto na escola, compreendo e defendo que essas se articulam na escola, como espaço de negociação. Então estudar e discutir políticas de currículo implica o estudo da escola como microcontexto dessas políticas, observando a micropolítica da escola.

Então, questiono: que negociações/articulações curriculares são feitas no cotidiano escolar? Como se processa a negociação entre as normativas e/ou produções gestadas no âmbito central e as articulações/negociações na produção local de políticas curriculares?

Essa problemática precisa acompanhar o debate em torno da formulação das BCCNs–quem discute o que é comum? Comum para quem? São as escolas partícipes dessas discussões? Questões que nos convocam ...

[...] é mais fácil criar sem responder pela vida e mais fácil viver sem contar com a arte. Arte e vida não são a mesma coisa, mas devem tornar-se algo singular em mim, na unidade da minha responsabilidade (Bakhtin, 2004)

Sobre a autora:

Doutora em Educação. Professora da Proped/UERJ, Pesquisa políticas curriculares para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, currículo e formação de professores, currículo, cultura e diferença.

Coordena o GRPesq Currículo, formação de professores e Educação em direitos humanos.